

Local: Campos Ipolon - Rua Alagoas, 2015 - Centro, sala 1008 – Londrina-PR

Data: 23 de agosto de 2017

Horário: 13h30 (1ª convocação) – 13h45 (2ª convocação)

1 Aos dezesseis dias do mês de agosto de dois mil e dezessete foi realizada reunião ordinária
2 do Conselho Municipal de Assistência Social, no Campus Ipolon, sito a Rua Alagoas, 2015,
3 sala 1008 - Centro, Londrina-PR. Os participantes desta reunião foram registrados em lista de
4 presença devidamente assinada e anexada. A reunião iniciou-se em segunda chamada, às
5 treze horas e 45 minutos. Neusa iniciou a reunião com a apresentação da Pauta para a
6 provação: **1. Apresentação e aprovação da pauta. 2. aprovação de ata: 16/08; 3.**
7 **Apresentação do demonstrativo IGD-PBF; 4. Vale transporte para a participação dos**
8 **conselheiros usuários; 5. Comissão de inscrição: CRAS centro A, CRAS centro B,**
9 **Morada de Deus; 6. Instituir comissão para eleição complementar; 7. Informes. 1.**
10 **Aprovação da Pauta:** foi invertido o ponto de Pauta ficando a concessão de vale transporte
11 para o ponto 3. Aprovação da ata 16/08: a conselheira Juliana coloca que a ata elaborada
12 não reflete o que de fato aconteceu, Marina relatou que foram muitos debates e não é
13 possível contemplar todas as falas, justamente por isso a Ata é enviada com antecedência
14 para que todos possam incluir suas falas não contempladas, para só então ser levada a
15 aprovação. Luana leu o relato de Juliana que será registrado na presente ata: Gostaria que
16 ficasse registrado que ao ler a ata do dia 16/08 não me senti contemplada, pois não
17 transmitiu o que nos sentimos no momento da reunião. A ata transmitiu um sentimento de
18 tranquilidade de sociedade civil concordando plenamente com a posição que o Governo
19 apresentou de ter dois representantes, porém a sociedade civil não concordou com a posição
20 de ter dois representantes para a votação, sabendo que existe um acordo de “cavalheiros” há
21 anos, que seguindo a ordem a sociedade civil estaria na sua vez, e agora de repente está
22 sendo desconsiderado com fala de que não está na Lei. A sociedade civil está em menor
23 número, mas se encontra organizada e disposta a atuar de forma efetiva na construção da
24 Política de Assistência Social, e juntamente com os usuários escolheu um representante, que
25 a meu ver foi totalmente desconsiderada. Fiquei extremamente entristecida com o que
26 aconteceu, não esperávamos toda essa articulação do governo para nos desarticular
27 enquanto sociedade civil trazendo algumas falas que trabalhador não representa usuário.
28 Acreditamos que nesse momento de desmonte um representante da sociedade civil teria
29 mais força para incidir sobre as deliberações aprovadas na conferência. **3. Vale transporte**
30 **para a participação dos conselheiros usuários,** foi colocado por Neusa a questão da
31 concessão de Vale transporte para os usuários participarem das Reuniões do Conselho.
32 Helton colocou que deveria pegar passe no Centro Pop. Vanessa também disse ser mais fácil
33 ser no POP por estar lá todos os dias, mas pontuou que o Centro Pop se recusa em entregar.
34 Neusa colocou ser importante irem até o CRAS por terem essa representação do território.
35 Josiani Nogueira relatou que temos que ouvir os usuários e entregar onde for mais fácil para

Ata de Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

36 eles e que falará com o Centro POP entregar a quem procurar o serviço. **4. Apresentação**
37 **do demonstrativo IGD-PBF:** Gisele iniciou a apresentação informando que o IGD é um
38 incentivo que aponta mensalmente o desempenho do município, destacou que o índice varia
39 de zero a um e que quanto mais próximo de um, maior será o recurso enviado à gestão local,
40 pontuou que não sofre atraso por parte do estado por ser considerado obrigatório. Com
41 relação a prestação de contas o município tem até 31/09/2017 para prestar contas ao CMAS
42 e inserir os dados no sistema SUAS Web. Gisele relatou que já foi inserido os dados no
43 sistema, e o conselho tem até 30 de setembro para aprovar. Salientou que se o município
44 não prestar contas, o município não recebe o recurso e quando realizar a referida prestação,
45 o município não recebe os meses interrompidos. Quanto a utilização do recurso, destacou
46 que a administração pública pode utilizar o recurso embasado na lei 10.683, que regula o
47 IGD, sendo o recurso transferido fundo a fundo. Renata Favaro abordou a questão do
48 cadastro do índice de cadastro atualizados, taxa de condicionalidades são implicadores para
49 o índice dos fatores que compõem o cálculo do IGD, sendo os mesmos: Fator I operação
50 correspondente a média aritmética das variáveis; Fator II, é o fator de adesão ao sistema
51 SUAS de acordo com Nob/suas; Fator III, comprovação dos gastos. Fator IV, aprovação total
52 no CMAS, avaliação ocorre de 0-1, se o município tirar 0 em qualquer um dos fatores o
53 município não recebe o recurso o teto do município é de R\$96.868,00 valor mínimo de
54 repasse é de R\$1.430,00, desde que tenha alcançado os índices necessários em cada fator.
55 Londrina tem IGD de 0,78 e recebeu o último repasse de R\$69.225,92 no dia 07/07/2017
56 referente a parcela 06/2017. Renata relatou que outro impedimento são as famílias base de
57 suspensão com acompanhamento mais articulado e registrado no SICOM, bem como 14000
58 famílias com renda per capita de até ½ salário mínimo que não atualizaram cadastro único,
59 envolvendo várias questões que estão para além da gestão da transferência de renda,
60 destacou a importância da comissão de acompanhamento do programa bolsa-família.
61 Alisson sugere cruzamento de dados com outras políticas, Renata disse que isso já é feito,
62 com informações da educação e saúde. Maria Ângela questiona o que precisa para melhorar
63 o índice? Renata relata que precisa que a família faça a atualização cadastral, sendo que
64 para o momento isso não é prioridade, prioridade é cadastrar e manter aqueles que estão
65 dentro dos critérios para terem os acessos aos programas sociais. Luana perguntou se não
66 poderia usar o recurso do próprio IGD para fazer uma campanha para atualização cadastral.
67 Renata pontuou que isso já está sendo discutido, porém reforçou que a prioridade do
68 momento é o cadastro dos beneficiários do BPC. Sr Carlos relata que no momento da
69 realização do cadastro único, o cadastrador deve orientar a família referente a importância
70 do Cad único, bem como a necessidade de mantê-lo atualizado. Luana ressalta proposta de
71 uma campanha para atualização cadastral. Valmirete relata que estão falando de recursos e
72 isso é preciso verificar viabilidade destes gastos, impactos e resultados. Helton relatou que
73 seria aprovar coisas que vão para além dessa discussão, pois depende do entendimento da
74 família e da mesma querer procurar o serviço. Segundo Gisele, conseguimos atingir 0,78 de
75 IGD ($0,78 * 3,25 * 25344 = 64000$ em média), Gisele apresentou dados da saúde e da educação

Ata de Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

76 e ressaltou que os mesmos usam o recorte do BF enquanto atualização cadastral é com
77 todas. Após apresentação Gisele informou que o que o CMAS precisa analisar os dados bem
78 como se manifestar em relação a prestação de contas apresentada e responder um
79 questionário no Suas Web, inserindo comentário em cada questão e na sequencia coloca se
80 aprova parcial ou total ou não aprova. Neusa pontuou a necessidade da comissão de
81 benefícios e comissão de fundo juntas analisarem a referida prestação de contas. Ficou
82 agendada reunião das comissões de fundo e BF para 30/08/2017 às 12h. **5. Comissão de**
83 **Inscrição:** Neusa relatou que a comissão aprovou dois cadastros de pedidos de inscrição,
84 porém não consta na ata o nome de quais serviços foram aprovados, não podendo assim
85 elaborar a resolução. Edna relata que consta na ata da reunião da comissão e passou para a
86 plenária que os serviços aprovados foram Cras Norte B e Centro A. Edna relatou a visita
87 realizada no dia vinte e um de agosto na instituição Morada de Deus, pelos seguintes
88 membros: Edna Costa de Oliveira, Janaina Stabile Soares Lenzi, Silvana Carla Palácio e a
89 colaboradora Cirlene Fonseca. Edna relatou que a entidade entregou toda documentação
90 necessárias, porém alguns itens do relatório e formulário estavam incorretos. Edna perguntou
91 se todos estavam entendendo do que se tratava, Sr Carlos disse que não. Silvana explicou
92 que Morada de deus é a mantenedora e já presta serviço para Comunidade Terapêutica e se
93 propôs a prestar outro serviço na modalidade de acolhimento. Isso por conta do Pão da Vida
94 que presta hoje esse serviço e não continuará. São 21 metas e a Morada de deus
95 demonstrou interesse. Ana Claudia questionou qual parâmetro desse conselho para aprovar
96 a inscrição, indagando se há respaldo para aprovar uma inscrição no conselho, um serviço
97 que ainda não iniciou suas atividades. Neusa explicou que sim, baseada na resolução
98 060/2014CMAS, que define parâmetros para inscrição das entidades de assistência social,
99 que ainda não executam o serviço na modalidade em que solicitam a inscrição. Neusa
100 reforçou que de acordo com a resolução a entidade terá sua inscrição aprovada com
101 condicionalidade, devendo a entidade que prestará o serviço, iniciar o trabalho ao qual se
102 propôs no prazo máximo de 6 meses. Valmirete coloca que se há uma resolução anterior,
103 poderíamos nos embasar por ela. Selma realizou a leitura da resolução 060/2014. Paulo
104 ressaltou que estamos embasados na legalidade e questionou se há interesse do município
105 no serviço com a condicionalidade de adequação. Edna reforça que deve conceder a
106 inscrição pautado na resolução 060/2014 e solicitar da comissão de acompanhamento o
107 acompanhamento do serviço. Gisele esclareceu que o fato da entidade ter a inscrição no
108 conselho não garante que a entidade vai conseguir convênio, pois o serviço tem que atender
109 as exigências do chamamento público, o mesmo exige uma série de critérios que a entidade
110 tem que contemplar. Silvana relatou o trabalho da gestão na busca de parceiros, para não
111 parar o serviço, hoje realizados pela entidade Pão da Vida. Josi explicou sobre o plano de
112 providencia Pão da Vida e impedimentos para o chamamento. Nadia relatou que tem feito
113 várias conversas para sensibilizar a rede de serviços. Valmirete colocou que instituições tem
114 muita dificuldade para realização da prestação de contas. Nádia concordou e reforçou a
115 necessidade constante de capacitação para rede de serviços. Claudemir colocou que é

Ata de Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

116 preciso estar mais próximo e ouvir as dificuldades das instituições. Luana colocou que faz
117 tempo que cobra capacitação referente ao Marco Regulatório e não teve retorno da gestão.
118 Ana Karina citou o exemplo de monitoramento realizado pela Secretaria do Idoso juntamente
119 com CMDI, ressaltou que realizam monitoramento bem próximo e efetivo junto a rede de
120 serviços. Nadia relatou que se sente contemplada e concordou com a sugestão de Ana
121 Karina. Edna retomou a questão do pedido de inscrição da entidade Morada de Deus, sendo
122 aprovada sua inscrição. **6. Comissão Eleição complementar:** Neusa iniciou falando a
123 necessidade da composição da referida comissão, tendo em vistas as vacâncias de
124 conselheiros da sociedade civil. Ana Claudia colocou que a forma da legislação que instituiu o
125 conselho não favorece para que não haja vacância. Sugeriu que é necessário discutir
126 alteração na legislação, entendendo que a vaga é da entidade ou órgão de
127 representatividade, assim caberia a ele a indicação de titular e suplente em uma possível
128 vacância futura. Foram indicados os seguintes Conselheiros: Gov – Amanda, Rodrigo, Maria
129 Angela. Conselheiros não gov – Simone, Alisson e Carlos (colaborador). **7. Informes.**
130 Valmirete justificou não ter participado da reunião anterior, relatou que tinha grande
131 preocupação com a composição da mesa diretora e a garantia da representatividade do
132 conselho por usuários. Retomou o papel das prés e conferências municipais, a falta de
133 interesse e participação das entidades, questionou, quanto conselheira, a vacância por parte
134 da sociedade civil. Reforçou no seu entendimento que o presidente do conselho deve ser
135 representado pela sociedade civil, lembrou do acordo de cavalheiros e acreditava que na
136 primeira reunião fosse realizada a eleição para nomear o presidente do conselho e a eleição
137 seria para escolha entre membros da sociedade civil, o que não aconteceu e votação se deu
138 em torno de duas representações, governamental e não governamental. Valmirete colocou
139 que acredita em Neusa como profissional mas ressalta que governo não representa ela neste
140 conselho, reconheceu o trabalho de Neusa na Conferência na conferência. Destacando que
141 conferência só aconteceu pelo trabalho da Neusa. Colocou sua preocupação com a fala da
142 Neusa de escolher quem representaria sociedade civil e reforçou que foi um erro não terem
143 inserido no regimento interno a questão da presidência do governo ser conduzida pela
144 sociedade civil e destacou que espera que atual presidente a Sra. Neusa de fato reproduza
145 suas ações conforme seu discurso, que o mesmo seja a favor do usuário. Nanci destacou
146 que não é porque Valmirete não estava presente na reunião que os conselheiros
147 representantes da sociedade civil não se posicionaram, reforçou que houve sim um
148 posicionamento por parte dos mesmos e deixou claro que os conselheiros que compõem
149 essa gestão, todos tem o compromisso com a política de assistência social e a preocupação
150 com os usuários. Paulo colocou que da mesma forma que no Estado há contradições, o
151 conselho também é um espaço de contradições, lembrou que representamos um segmento e
152 não a instituição a qual estou inserido, neste sentido destacou que conhece o trabalho da
153 presidente Neusa e acredita que a mesma não só representa o governo mas todo segmento
154 de usuários. Luana justificou sua fala colocando que não é pessoal com Neusa, pois se
155 sentiu desrespeitada e exemplificou que o espaço político do CMAS como os conselheiros

Ata de Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

156 governamentais estão organizados, e questionou como a sociedade civil está organizada?
157 Abordou também a questão da fala da presidente Neusa que categoria de profissionais não
158 representa usuários, considerou esta fala triste e vinda de uma profissional da área e
159 destacou que de fato fez repensar a organização da sociedade civil para se organizar no
160 território e ocupar seus espaços. Ana Karina colocou que conhece o trabalho da Neusa e sua
161 competência, ressaltou que os conselheiros devem se atentar mais ao papel do CMAS e não
162 focar tanto a preocupação com a presidência, destacou o compromisso com a política e
163 exemplificou que hoje representa o segmento do idoso, mesmo sendo representante
164 governamental e que não vê impedimento nenhum não aprovar propostas que são contrárias
165 ao direito do idoso. Maria Inês colocou que é a segunda reunião que está participando e fez
166 críticas à atuação dos conselheiros da sociedade civil, reforçou a maneira desrespeitosa
167 como os mesmos vem se apresentando nas reuniões, retomou a fala da Valmirete a qual
168 sinalizou que somente a presidente Neusa trabalhou na conferência e ponderou que houve
169 uma participação expressiva de representantes do conselho bem como da secretaria, para
170 finalizar pediu respeito para que essa gestão consiga realmente atingir objetivo deste
171 conselho. Neusa colocou que não irá se manifestar nesse momento respondendo essas
172 questões manifestou e deixou claro que o tempo irá responder com o trabalho da sua gestão.
173 Ana Claudia pediu que a presidente Neusa relatasse à plenária se conseguiu agendar a
174 reunião deferida pela gestão anterior do conselho e que havia ficado como pendências para
175 este conselho com o prefeito, secretário de planejamento e secretaria de assistência social,
176 reafirmando que isso sim mostra compromisso com o que foi deliberado, inclusive resgatando
177 que foi tirado como encaminhamento da mesa que solicitassem a intercessão da secretária
178 Nádia para conseguir agenda. Selma colocou que foi ligado, mas está aguardando retorno.
179 Registre-se que a lista de presença é documento integrante desta ata. A reunião foi
180 encerrada às 11h00, sendo o que havia a ser relatado, eu, Marina Bertonccini de Andrade,
181 segunda Secretária deste Conselho, redigi a presente ata que será encaminhada para
182 apreciação e aprovação.